**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**

**ACTA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO 2012**

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor Dionísio Pereira Leite, José Carlos Simas Raposo, secretariado pelo Primeiro Secretário, José Carlos Simas Raposo e pela Senhora Lucília Maria Mendes Ávila Valadão, como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 14 de Fevereiro de 2012.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Berta Cabral, e os Senhores Vereadores Alberto Reis Bettencourt Leça, Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz, José Manuel Medeiros, Sónia Passos de Barros Borges de Sousa, José Maria Andrade e José Carlos San-Bento.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quinze minutos, e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, Luís Maurício Mendonça Santos, Cândida Maria da Costa Benevides, Jorge Manuel de Almada Macedo, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Roberto da Câmara, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Maria da Conceição C.P.V. Arruda, Rui Manuel de Oliveira Raposo, em substituição de Ricardo Nuno Amaral D. Pacheco, Sónia Cristina Franco

Nicolau, Marco António Moniz Silva, José Luís Pimentel Amaral, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira Campos, Paulo Hugo Falcão P. Viveiros, Pedro Miguel Medina R. Raposo, Sara Cristina Brum de Medeiros, Lucília Maria Mendes Ávila Valadão, em substituição de Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte, Cláudio Borges Almeida, Vera Lúcia Pinheiro Pires, Maria Luísa de Medeiros Bairos, Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Ajuda da Bretanha: Bruno Alexandre Machado Correia, Arrifes: Eusébio Candelária: Catarina Isabel Pavão Alves, em substituição de Paulo F. Massa, Capelas: André Manuel Pereira de Viveiros, Covoada: Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: João Carlos Resendes Carreiro, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz: João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Livramento: Manuel António Botelho Soares, Mosteiros: Paulo Jorge F. Almeida, São Sebastião: Fátima Fernanda da Silva Moreira, Relva: José Carlos Carreiro Soares, em substituição de José Costa Melo, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, São José: José Francisco Garcia Mota, São Pedro: Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, Sete Cidades: Manuel Arsénio Cacilhas Roque, Pilar da Bretanha: José M. Carvalho, Santa Clara: Ricardo Jorge Raposo Leite.

Não compareceu à reunião a Senhora Deputada Maria da Conceição M. Monteiro, que apresentou justificação.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ginetes: João Paulo A. Medeiros, Santo António: Domingos Vasconcelos e São Vicente: Eduardo M. O. Cabral, que não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

Em seguida, procedeu-se à leitura da correspondência recebida por esta Assembleia nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro.

Após, procedeu-se à votação e aprovação da acta, tendo solicitado a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dar nota de algumas das incorrecções da acta anterior: a falta do seu nome da lista de presenças; em relação ao Ponto 5 da Agenda de Trabalhos o BE votou a favor e não como consta e a não inclusão do seu nome numa intervenção que realizou.
E agradeceu.

Pediu a palavra o Senhor Secretário José Carlos Simas Raposo que, na qualidade de Presidente da Mesa da Reunião anterior referiu que, de facto, não tinha sido possível identificar o nome da Senhora Deputada pois a sua apresentação havia coincidido com a mudança da cassete de gravação, lamento tal facto.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções, por parte do BE e da Senhora Deputada Helena Costa.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para justificar que a sua abstenção se deve ao facto de não ter estado presente na reunião anterior.

**Período Antes da Ordem do Dia**

Após, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para leitura de voto de saudação relativo ao Dia Internacional da Mulher que se celebra a 8 de Março.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de saudação aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para declaração de voto, justificando que o PSD vota favoravelmente por diversos motivos, mas essencialmente por reconhecer o importante trabalho que muitas mulheres têm desenvolvido na sociedade, salientando a importância da Senhora Presidente da Câmara e de se estar na iminência de ter pela primeira vez em Portugal uma mulher eleita a ocupar o lugar de presidência de um Governo.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de Recomendação sobre Novos Requisitos para o serviço de minibus.

Não havendo pedidos de intervenção foi a recomendação a votação, tendo a mesma sido rejeitada, com os votos contra do PSD e favoráveis do PS, BE, PP e Santa Clara Vida Nova. Esta recomendação encontra-se anexa à acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para declaração de voto, justificando o voto desfavorável com o facto de a proposta ter um carácter que, do ponto de vista técnico, é, presentemente, irrealista.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de recomendação para Prestação de Serviços de teleassistência a idosos.

Não havendo pedidos de intervenção foi a recomendação a votação, tendo a mesmo sido aprovada por unanimidade. Esta recomendação encontra-se anexa à acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para declaração de voto, tendo dito que a recomendação é uma mera proposta que deve ser colocada em prática devendo ser previamente estudada, considerando cabimentação orçamental.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, justificando o voto favorável com o facto de o mesmo vir no seguimento das políticas sociais que o PS defende o que já não sucede, com o PSD, disse,

pois a Senhora Presidente da Câmara recusou por duas vezes em reunião camarária esta mesma proposta.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o BE apresentou mais dois requerimentos que, por não serem alvo de votação, serão reencaminhados para a Senhora Presidente da Câmara responder.

Após, pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para leitura de voto de congratulação pelos 160 anos do Liceu de Ponta Delgada.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Cláudio Almeida para leitura de voto de congratulação pela realização da prova citadina do SATA Rallye Açores.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de congratulação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para declaração de voto, referindo que lamenta que o voto anterior não tenha feito referência ao empenho do Governo Regional dos Açores para a realização do rallye.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Senhor Francisco Guedes para leitura de voto de protesto.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Capelas André Viveiros para referir que o Senhor Presidente do Governo Regional do Governo dos Açores desempenhou, anteriormente, funções em Assembleia de Freguesia e que não se lhe conhecem hostilidades contra os autarcas de freguesia. Quanto à questão da agregação das freguesias, prosseguiu dizendo

que não foi o Governo Regional a colocar esta questão em discussão pública. Concluiu, ainda, dizendo que a Senhora Presidente da Câmara é que já demonstrou, por várias vezes, um comportamento que atenta à dignidade dos autarcas, concretamente ao deixar de auscultá-los para a concretização do Plano e Orçamento.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para esclarecer que a Câmara não interfere nos votos que a bancada apresenta a esta Assembleia.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Francisco Guedes para sublinhar que este voto foi criação sua e assinados pelos subscritores pouco antes da sua leitura, pelo que não é um “serviçal”, mas sim uma pessoa de consciência. Acrescentou ainda que, relativamente à intervenção anterior, nada foi acrescentado pois não se pode retirar o que foi dito pelo Senhor Presidente do Governo Regional e o que considera importante é que é ofensivo uma alta entidade refira que para poupar neste país se tenha de cortar no vencimento dos Presidentes de Junta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para demonstrar a sua indignação relativa às palavras do Senhor Presidente do Governo Regional. O Senhor Deputado procedeu, ainda, à leitura do Memorando de Entendimento quanto à redução de municípios e freguesias.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque Gilberto Rodrigues para dizer que, inicialmente, minimizou as palavras proferidas pelo Senhor Presidente do Governo Regional mas que ao ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Capelas, reformulou a sua opinião e não compreende como se pode defender o que foi dito.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício para sublinhar a essência do voto de protesto apresentado, pois as declarações feitas pelo Presidente do Governo Regional não têm a dignidade do cargo que ele ocupa e foram muito infelizes.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto de protesto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD, PP, Santa Clara Vida Nova e Bloco de Esquerda e voto contra do PS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto referindo que as declarações proferidas pelo Presidente do Governo Regional devem ser ouvidas com atenção, e centradas na principal questão que é reduzir custos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto referindo que as declarações foram efectivamente infelizes e de pouco bom senso, devendo as pessoas serem responsabilizadas pelos seus actos, daí o seu voto favorável ao voto de protesto.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para leitura de proposta de doação de senha de presença. Esta proposta encontra-se anexa à acta.

Pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para pedido de esclarecimento à Senhora Presidente de Câmara quanto à cobertura da zona das lojas e restaurantes das Portas do Mar e se foi solicitado parece à Câmara Municipal sobre este assunto e, caso tenha sido, qual a resposta.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que esclareceu não ter conhecimento de tal parecer, considerando não ter a tutela das obras particulares, mas sim o Senhor Vice-Presidente, mas que irá averiguar.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e decretou quinze minutos de intervalo.

## Período da Ordem do Dia

Iniciado o Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa propôs à Assembleia Municipal o agendamento do Ponto 4.

Não havendo pedidos de intervenção, foi a votação o agendamento, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis do PSD, BE e PP e abstenção do PS e Santa Clara Vida Nova.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

**PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA**

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para a apresentação, com suporte de *Power Point*, do relatório de actividades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos SMAS e relatório financeiro.

Este documento encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para perguntar se a apresentação da actividade camarária reporta somente aos meses de Janeiro e Fevereiro, conforme deveria, ou se também ilustra actividades de meses anteriores, como na prática se verificou nesta apresentação. Solicitou, ainda, que o relatório reflicta a evolução de algumas obras nos meses de Janeiro e Fevereiro, que são os meses a que se reporta, como é o caso do Museu de Arte Contemporânea. Quanto à acção social, perguntou quanto custo à Câmara Municipal o conjunto de programas desenvolvidos, já que na apresentação não está quantificado.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para indagar qual o ponto de situação de resposta aos cinco requerimentos que o PS apresentou e que estão a aguardar resposta, dois deles com mais de dezasseis meses de espera.

Pediu a palavra a Senhor Deputada Isabel Rodrigues para solicitar esclarecimento quanto às freguesias que se candidataram, de que constam os projectos e os montantes envolvidos para o programa Pro-rural.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para saber para quando está prevista a cedência do terreno à Filarmónica de Nossa Senhora das Neves, que foi prometida no concerto de Ano Novo de 2009. Perguntou, ainda, para quando poderá levar-se a cabo a operacionalização do fundo de apoio proposto para apoio às empresas, que foi anunciado em 2009. Perguntou, ainda, relativamente ao mini-bus, para quando passará a circular também aos fins-de-semana. Indagou, também, sobre o ajuste directo feito à empresa dos mini-bus e se o pagamento do mesmo foi feito na sua totalidade. A Senhora Deputada prosseguiu perguntando, ainda relativo a este assunto, no período que mediou entre o anterior ajuste directo e o novo ajuste directo, como foi feito o pagamento e quem foi responsável. Solicitou resposta, ainda, quanto ao modo como este executivo camarário irá lidar com o litígio com a empresa que se sentiu lesada no negócio dos mini-bus. Finalizou questionando qual o orçamento previsto para a Polícia Municipal de Ponta Delgada.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho para indagar sobre um assunto que já trouxe a esta Assembleia e que se prende com a execução da obra da saída alternativa dos Mosteiros e com o facto de esta obra de arrastar há vários mandatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para retomar as afirmações feitas pela bancada do PS no que diz respeito à informação que falha no relatório de actividades camarárias, como por exemplo os investimentos feitos na acção social. Em relação à prestação de serviço da Polícia Municipal, solicitou esclarecimento quanto à geo-referenciação e em que consiste a mesma, sendo que, se a mesma significa a prestação de informação a turistas sobre locais, parece-lhe pouco sensato que se enumere a quantidade de vezes que se prestou este tipo de trabalho e se apresente a mesma num relatório de actividade camarária.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que esclareceu que, relativamente às questões do mini-bus, há cláusulas de actualização de tarifário e que poderá confirmar os valores e o seu enquadramento. Quanto à questão relativa a um concorrente ao Concurso do mini-bus que estará em litígio com a Câmara, informou que estes assuntos são tratados pelos advogados e que o concorrente em causa nem foi admitido a concurso. Disse, ainda, que o ajuste directo está a ser pago de acordo com o calendário da tesouraria, como é sempre feito.

No seguimento, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que se o ajuste directo foi pago na totalidade, ou está a ser pago, implica que de 22 de Setembro, data em que foi celebrado o contrato por quatro anos, a 16 de Novembro terá sido feita uma duplicação de pagamentos.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que para uma resposta mais precisa necessita consultar a Tesouraria.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luis Maurício para dizer que o Município decidiu reiniciar o processo do concurso dos mini-bus, sem qualquer mal-estar pelo visto negativo do Tribunal de Contas, dando como exemplo outras situações semelhantes que se passaram com concursos lançados pelo Governo Regional dos Açores.

**PONTO 2 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE RELVA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MANUTENÇÃO DO PAVIMENTO, BERMAS E TALUDES DO ACESSO À ROCHA DA RELVA**

Foi presente o ofício n.º 2921, datado de 8 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, propondo a esta Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competência na Junta de Freguesia de Relva para execução das obras de manutenção do pavimento, bermas e taludes do acesso à Rocha da Relva, e transferência da correspondente verba, de acordo com o disposto na alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de proposta para delegação na freguesia da Relva de todo o trabalho relacionado com as obras que anualmente são necessárias realizar nas bermas e taludes do acesso à Rocha da Relva.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 2 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

**PONTO 3 – DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ACÇÕES TOMADAS PELA AUTARQUIA ATÉ AO MOMENTO, DEFINIÇÃO DE ACÇÕES FUTURAS**

Foi presente um requerimento do Bloco de Esquerda – Açores, requerendo ao abrigo do artigo 87º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a introdução do assunto acima referenciado.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para apresentação do ponto. Neste sentido, iniciou a sua intervenção dizendo que esta proposta de inclusão na Ordem dos Trabalhos foi apresentada no início de Dezembro para ser incluído na agenda de Dezembro, não obstante só na véspera chegou ao conhecimento do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da reunião da Assembleia Municipal de Dezembro, pelo que só agora vem a ser apresentada. Neste sentido, prosseguiu, considera que deve ser possível qualquer membro propor um ponto a ser discutido e que tal seja aceite atempadamente pela Mesa, solicitando, assim, que se melhorem os procedimentos de tramitação da documentação dentro da Câmara. Quanto ao ponto em concreto, disse que o documento verde começou a ser pensado e discutido em algumas Câmaras como o documento que obrigada à extinção de inúmeras freguesias, sendo que, após, também alertados pelo BE, se percebeu a pertinência da criação de um documento verde a nível regional. Sobre isso, a Senhora Deputada disse ainda que desconhece o teor de tal documento e considera essencial os habitantes das freguesias serem consultados. Disse, ainda, que não compreende não haver uma tomada de posição pública quer da Câmara quer

das Juntas de Freguesia que tenham conhecimento deste assunto e já tenham tomado posição. Sendo este o cerne da apresentação deste ponto. Sublinhando, por fim, que a extinção de freguesias deve ser precedida de referendo local em cada uma das freguesias a extinguir.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que esclareceu que já reuniu com as Juntas de Freguesia, para uma análise ao documento, não cabendo à Camara conduzir o percurso deste processo, na medida em que este está entregue à Assembleia Regional, com tramitação própria, sendo que em todo o caso cada um acaba por ter os seus canais para influenciar.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dizer não compreender as declarações da Senhora Presidente da Câmara, pois não percebe que canais serão estes e porque deverão as decisões ser feitas em gabinete e não de forma transparente discutidas perante os cidadãos, através do debate democrático. Concluiu dizendo que extinguir algumas juntas poderá significar a perda de serviços de primeira necessidade para muitos cidadãos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para fazer referência às declarações proferidas pelo Secretário de Estado da Reforma Administrativa, quando o mesmo refere que os Presidentes de Câmara e de Assembleia Municipal devem ter uma postura activa na liderança da reforma em causa. Assim, prosseguiu dizendo que o poder local deve manifestar-se sobre este processo e fazer ouvir a sua voz nos debates e na comunidade.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luís Maurício que começou por dizer que na conferência de imprensa do BE, pela voz da Senhora Deputada Vera Pires, foi dito que seria necessário um referendo local, mostrando-se satisfeito que tenha havido uma “evolução” para consultas e reuniões, o que se mostra muito mais acertado. Prosseguiu dizendo que nenhuma Junta de Freguesia quererá ser extinta, pelo que a realizar-se referendo teria um resultado previsível. Disse, ainda, que a análise ao documento proposta pela Senhora Deputada Vera Pires não se poderá verificar pois entretanto já existe outro documento mais actualizado. Disse, ainda, que cabe à Assembleia Regional pronunciar-se.

Concluiu, assim, que não está em causa nenhum “virar de costas” do Município.

No seguimento, pediu a palavra o Senhor Deputado José Furtado para dizer que cada Junta de Freguesia marcou a sua Assembleia Extraordinária para debater este assunto, após reunir com a Senhora Presidente da Câmara, tendo resultado a decisão de moção de rejeição. Prosseguiu dizendo que o processo tem evoluído, sem necessidade de outras intervenções.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila para dizer que considera uma incongruência no discurso da Senhora Deputada Vera Pires a separação do que será uma decisão fechada num gabinete de uma Assembleia Municipal para um gabinete de uma Assembleia Regional. Quanto à intervenção do PS, solicitou que lhe fosse dado um exemplo de uma Câmara socialista que já tivesse tomado alguma posição sobre este assunto.

Após, pediu a palavra o Senhor Deputado Francisco Guedes que começou por dizer que a Senhora Deputada Piedade Lalanda tentou passar para a Câmara Municipal o papel ingrato neste assunto, o que não faz qualquer sentido, pois o Governo Regional, assim que o documento surgiu, tomou de imediato posição a chamar a si a condução deste processo. Disse, ainda, que a realização de um referendo não faria sentido, seria utópico, pois ninguém votaria contra. Finalizou dizendo que o poder democrático foi uma conquista de Abril, contrariando a Senhora Deputada Piedade Lalanda.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para sublinhar que o poder local existia antes do 25 de Abril. Aproveitou, ainda, para voltar a dizer que a o cerne da questão é que haja participação activa camarária no debate sobre esta reforma administrativa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina que começou por dizer que a reivindicação inicial do BE era diferente da apresentada neste ponto, pois defendiam a existência de um referendo, ideia que foi, agora, abandonada.

Prosseguiu dizendo que o importante é a defesa da nossa autonomia político-administrativa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Luis Maurício para sublinhar a defesa do exercício da nossa capacidade autonómica, esperando que a Assembleia Regional elabore um conjunto de propostas que possam ser debatidos.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que esta discussão está centrada no pressuposto de um documento nacional que não se aplica aos Açores tal como está, pois o documento base não é o mesmo, necessitando de adaptações. Pelo que, disse, a discussão do assunto deve ser feita sobre o documento que se vier a aplicar aos Açores. Disse, ainda, que quando diz que todos têm os seus canais para fazer chegar à Assembleia Regional a sua posição está a referir-se aos Senhores Deputados que cada partido dispõe na dita Assembleia.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para dizer que o documento em causa não é um documento “continental” e aplica-se a todo o território nacional, que nos aspectos dos critérios da redução das freguesias irá ser alterado.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Francisco Guedes que fez uso da sua intervenção para dizer que quando há uma ressalva na lei nacional que refere que na região será de outra forma, cabe à região definir.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para defesa da honra, dizendo sentir que a sua posição foi menorizada, pois o Senhor Deputado Francisco Guedes usou como argumento a sua actividade profissional para fazer valer a sua opinião.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para dizer que o Governo Regional sabe que tem prerrogativas autonómicas decorrentes do nosso estatuto que lhe permitem adaptar ao referido documento, pelo que é isso que

irá aproveitar, não compreendendo, assim, o que pretende o PS, pois o que pretende o PSD é defender as especificidades autonómicas.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para perguntar se não pode intervir porque fez duas intervenções ou se fez uso do tempo permitido.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que o regimento não lhe permite intervir pela terceira vez.

Pediu novamente a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dizer que considera que não acha fazer sentido votar uma proposta de debate, tal como o Ponto 1.

Não havendo mais pedidos de intervenção não houve votação, por se adequar neste ponto.

**PONTO 4 – 1ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

Foi presente o ofício n.º 4193, datado de 24 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para aprovação o processo sobre o assunto designado em epígrafe, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de proposta de abertura de nova rúbrica de novo projecto relativo à Freguesia da Relva.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto 4 a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas dezoito horas e vinte minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por

e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.

*Este documento foi elaborado sem contemplar o Acordo Ortográfico.*